

Inclusão: a Acessibilidade como Garantia de Educação de Qualidade

Cristina Hill Fávero
hillfavero@hotmail.com
UFF

Helder Gomes Costa
hillfavero@hotmail.com
UFF

Resumo: Nos últimos anos a sociedade vivencia a implantação de uma política de inclusão dos alunos com deficiências nas escolas de ensino regular, assinalada pela utilização de medidas de acessibilidade em todos os setores da vida comum, permitindo mobilidade, comunicação, convivência e o acesso educacional. As legislações introduziram nas instituições educacionais discursos em prol da inclusão e a ideia de acesso as escolas públicas como direito efetivo à educação de qualidade. Assim o presente trabalho objetivou identificar e avaliar as acessibilidades que estão presentes na rede pública municipal de educação da cidade de Juiz de Fora, utilizando questionários e entrevistas com gestores educacionais. Com o resultado desta pesquisa foi possível concluir que as acessibilidades oferecidas pelas escolas municipais ainda estão longe de ser consideradas de qualidade e que averiguações como esta podem subsidiar a gestão, tanto da Secretaria de Educação como das instituições de ensino regulares, em suas decisões.

Palavras Chave: Avaliação - Acessibilidade - Deficiências - Educação - Inclusão

1. INTRODUÇÃO

A sociedade está em processo de transformação com o reconhecimento dos direitos individuais de seus cidadãos com deficiências. A inclusão social e educacional distinguida como direito de todos, vem promovendo mudanças no cotidiano das cidades, dos indivíduos e das instituições de educação, não importando o nível e a modalidade. Seguindo esta tendência, a inclusão é fato nas escolas públicas municipais da cidade de Juiz de Fora.

Dentro de uma proposta de inclusão educacional, os alunos com deficiência devem ter nas escolas da rede pública a garantia de uma educação de qualidade e a certeza que essas instituições modifiquem-se para recebê-los. Assim, em âmbito municipal, as políticas públicas seguem a tendência mundial e nacional ao elaborar leis, decretos e portarias, que garantem a inclusão escolar, além de incentivar a formação acadêmica específica, através de remuneração diferenciada do profissional atuante na educação de indivíduos com deficiência.

Um aspecto fundamental da inclusão diz respeito as acessibilidades necessárias para que as pessoas com deficiência possam ter afiançado o seu direito efetivo a uma educação de qualidade. Estas acessibilidades, tão necessárias, muitas vezes não são percebidas pelas demais pessoas. No processo ensino aprendizagem, geralmente observa-se as dificuldades que enfrentam os alunos com deficiências e, até mesmo, identificam-se as dificuldades que possuem. Mesmo assim, algumas vezes essas necessidades passam despercebidas, principalmente quando estão relacionadas presença indispensável das acessibilidades.

Embora grande parte dos discursos da sociedade seja conduzido com o objetivo de mostrar a todos que as pessoas com deficiência devem ter garantido e respeitado seus direitos, um grande duelo se com trava a realidade: a construção de uma escola acessível. As escolas, principalmente aquelas que possuem alunos com deficiência, comprometem-se em assumir o processo inclusivo com qualidade, e este se faz com a eliminação de barreiras que impedem a total participação dos indivíduos no processo ensino-aprendizado.

No dia-a-dia as pessoas com deficiência se deparam com barreiras que as impossibilitam de desempenhar com autonomia suas atividades cotidianas e escolares, fundamentais no exercício pleno dos direitos e deveres de cidadãos participativos. Essas barreiras apresentadas inicialmente somente como arquitetônicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no decorrer dos tempos passaram a ter desdobramentos que atingiram outras áreas de conhecimento.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi avaliar promoção da acessibilidade na educação pública. E, especificamente, buscou-se construir e aplicar um instrumento de pesquisa para identificar as ações de acessibilidade no âmbito das escolas, avaliar os resultados obtidos da aplicação da pesquisa no município de Juiz de Fora e com base nos resultados obtidos da pesquisa, recomendar ações para a melhoria do processo inclusivo no município.

O estudo se justifica pela importância da melhoria da acessibilidade educacional e de poder vir a tornar-se suporte aos gestores públicos na tomada de decisões no que tange a educação inclusiva. A melhoria na gestão da educação inclusiva municipal espera-se ser de interesse da administração pública, dos profissionais da educação e da sociedade.

2. INCLUSÃO

Educação Inclusiva não é mais uma utopia. Tornou-se de uma realidade e trouxe um novo cenário para a educação nacional. Nos últimos anos, a partir da Declaração de Salamanca (1994), países começaram a implantar uma política de inclusão dos alunos com deficiências nas escolas de ensino regular.

A tendência da política social das passadas duas décadas tem consistido em promover a integração, a participação e o combate à exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, estas concepções refletem-se no desenvolvimento de estratégias que procuram alcançar uma genuína igualdade de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais é atingida mais plenamente nas escolas inclusivas que atendem todas as crianças da respectiva comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11).

Com esta definição, a inclusão concretiza novas formas de educação capazes de transformar o processo ensino-aprendizado em um procedimento criativo, flexível e interativo. Assim, a inclusão aparece como forma de democratização da educação que rompe o paradigma de escola tradicional, baseada na homogeneidade.

No Brasil, apesar de podermos citar diversas legislações que garantem o direito à educação e a inclusão nas escolas, a educação inclusiva ainda é embrionária. Nos deparamos com as normatizações e políticas educacionais referendando a inclusão e escolas despreparadas para a efetivar projetos de promoção de acessibilidades e efetivar a educação inclusiva (BEYER, 2005).

Glat (1998) assegura a necessidade de mudanças no sistema educacional brasileira para que a inclusão de pessoas com deficiência realmente se torne um projeto concreto e afirma a necessidade de reorganizações na estruturação física, profissional e metodológicos. A autora diz:

[...] para que se possa sair do plano imaginário, essa escola inclusiva exige condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e até mesmo físicos de que não dispomos por este Brasil afora, nem nos grandes centros, e que, realisticamente, independem as boas intenções do MEC. Não teremos, certamente, no futuro próximo, essa escola, a não ser em situações específicos de programas-modelo ou experimentais (GLAT, 1998, p.28).

A educação inclusiva vem trazendo novos desafios ao ensino-aprendizagem, bem como a todos participes da comunidade escolar. Um dos grandes desafios é a quebra de paradigmas dominantes e o envolvimento de todos neste projeto novo que desestrutura todas as regras do modelo tradicional de educação.

Sendo assim, cabe um exercício de reflexão sobre as condições de nossa escola e as buscas de adaptações e ajuda, que certamente beneficiarão a todos. Essa busca será empreendida por todos os membros da comunidade escolar. Há espaço para professores, dirigentes em todos os níveis, famílias e comunidades, que também

esperam a contrapartida governamental com seu apoio à implementação das novas diretrizes (RIBEIRO, 2003, p. 50).

Um dos pressupostos de uma educação inclusiva de qualidade é o respeito as diferenças existentes entre as pessoas com deficiências, no que tange as suas necessidades e/ou preferencias e estas, manifestam-se em diversos contextos. Os ambientes educacionais devem estar preparados para atender as estas necessidades, bem como para a efetiva implantação de acessibilidades em todos os níveis do processo educacional.

3. ACESSIBILIDADE

Atualmente, o termo acessibilidade é aplicável a diversos contextos e em imprescindíveis conjunturas, além daquelas referentes as adaptações arquitetônicas. Os ambientes educacionais, são espaços distintos onde são fundamentais diversas mudanças e adaptações para atender as diferentes necessidades dos indivíduos que nela estão inseridos. Devido a isso, é importante assinalar que a acessibilidade no contexto educacional vem a contribuir para a melhoria do processo ensino aprendizagem de todos.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) acessibilidade é “*a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos*”. Contudo este conceito foi se ampliando no decorrer dos anos e abrangendo diversas ramificações que não só a adaptação do ambiente físico.

Para Sasaki (2009), o termo acessibilidade nasceu na década de 40, com o surgimento dos serviços da reabilitação física e profissional, estendeu-se pela sociedade nos idos de 50, atingiu o meio acadêmico na década de 60, transpôs a preocupação com as barreiras arquitetônicas na década de 70, estendeu-se aos projetos arquitetônicos em 80 e expandiu-se com o desenho universal na década de 90.

É uma grande evolução para a sociedade e principalmente para as pessoas com deficiência quando o termo de acessibilidade deixa de só se referir as barreiras arquitetônicas e sobrevém a ideia de acessibilidade como o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços a disposição na sociedade.

A acessibilidade passa a abranger novas dimensões que envolvem aspectos importantes do dia-a-dia das pessoas, tais com rotinas e processos sociais, além de programas e políticas governamentais e institucionais. A implementação de uma sociedade para todos implica na garantia de acessibilidade em todas as suas dimensões. Dessa forma, uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os seus cidadãos (BUENO, p. 2,2007).

Assim, sob este novo foco a acessibilidade passa ser dividida em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Sasaki (2009) considera todas importantes e complementares entre si e as descreve como:

- Acessibilidade arquitetônica: supressão dos impedimentos físicos que dificultam o acesso aos ambientais;

- Acessibilidade comunicacional: supressão dos impedimentos de comunicação interpessoal e escrita;
- Acessibilidade metodológica: supressão dos impedimentos nos métodos pedagógicos e técnicas de estudos;
- Acessibilidade instrumental: supressão dos impedimentos nos instrumentos, utensílios e ferramentas pedagógicas;
- Acessibilidade programática: supressão dos impedimentos ocultos em políticas públicas;
- Acessibilidade atitudinal: supressão de atitudes preconceituosas, estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias.

Em ambientes educacionais, as acessibilidades são fundamentais para as pessoas com deficiência pois enfrentam diversas dificuldades para exercerem o seu direito a uma educação de qualidade. Cabe ressaltar que essas dificuldades manifestam-se com intensidades distintas, conforme a necessidade dos indivíduos.

Deste modo, pode-se ponderar que a escola precisa adaptar-se e proporcionar dentro do seu espaço a busca de alternativas para a redução de qualquer barreira irá impedir ou dificultar o acesso de todos ao meio educacional. Assim sendo, a adaptação da sua rede física escolar é somente uma entre as principais mudanças que precisa acontecer no ambiente escolar.

Desenvolvendo novos e avançados métodos de reabilitação e assistência educacional, além do aperfeiçoamento das tecnologias de apoio. Ao mesmo tempo buscam modificar o ambiente melhorando as condições de acessibilidade, estabelecendo normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, removendo os obstáculos, possibilitando acesso aos meios de transporte, logradouros e equipamentos públicos das pessoas com deficiência. (SHIMONO, 2008, p.26)

A construção de acessibilidades, neste contexto, precisa de atenção e ser enfrentada pelos gestores como paradigma a ser rompido para que a inclusão se efetive com qualidade e eficiência e escola promova o respeito as diversidades presentes no seu interior e na sociedade.

4. OBJETIVOS E CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi elaborada tendo como objetivo avaliar e explicitar as diferentes acessibilidades existentes nas escolas municipais da cidade de Juiz de Fora. Como recurso metodológico optou-se pelo estudo de caso, resultante de entrevistas e de questionário construído pelos autores mediante levantamentos e revisões bibliográficas sobre documentos e artigos referentes as acessibilidades.

A partir do referencial teórico estudado sobre inclusão e acessibilidades, são analisadas as respostas e discutidos pontos passíveis de melhorias. Aspectos referentes a

gestão da educação e a construção de acessibilidades são abordados devido a importância imprescindível destes em relação a implantação de uma educação inclusiva de qualidade.

Nesse trabalho de revisões bibliográficas, variáveis foram destacadas e retiradas para a construção do objeto de pesquisa. Estas variáveis receberam codificações e foram avaliadas pelos gestores com notas de 0 a 10 pelos gestores. A pontuação seguiu a lógica escolar: 0 (zero) como sinal de ineficiência, ausência, inexpressividade, baixa qualidade, ineficaz, impróprio, inadequado e 10 (dez) como sinal de eficiência, existência, excelência, alta qualidade, eficácia, próprio, adequado. As notas obtidas por cada variável foram somadas e transformadas em percentual para melhor análise dos dados.

As variáveis totalizaram 47 itens organizadas em 6 dimensões: arquitetônicas, metodológicas, instrumental, comunicacional, atitudinal, programática. A tabela a seguir demonstrada a distribuição das variáveis e os códigos referentes a cada uma, utilizados para melhor organização dos dados.

DIMENSÃO ARQUITETÔNICA	
Largura dos corredores	A1
Largura da área de circulação	A2
Rampa para a entrada	A3
Rampa para as salas	A4
Rampa para o banheiro	A5
Rampa para a biblioteca	A6
Sanitários adaptados	A7
Barras de apoio	A8
Piso antiderrapante	A9
Piso tátil	A10
Desníveis	A11
DIMENSÃO METODOLÓGICA	
Profissionais com formação específica	M1
Adequação no ambiente escolar	M2
Adequação dos métodos de ensino	M3
Adequação das modalidades de ensino	M4
Atendimento educacional especializado	M5
Bidocência	M6
Estagiários	M7
Laboratório de aprendizagem	M8
Projetos diversos	M9
DIMENSÃO INSTRUMENTAL	
Adequação dos materiais pedagógicos	I1
Adequação do mobiliário escolar	I2
Jogos próprios para inclusão	I3
Computadores para uso dos educandos	I4
Laptop para uso em salas de aula	I5
Data show	I6
Aparelho de som	I7
Tv's e DVD's	I8

DIMENSÃO COMUNICACIONAL	
Utilização da Libras no contexto de sala de aula	C1
Utilização de Braille no contexto de sala de aula	C2
Grupos de estudo sobre deficiências	C3
Grupos de estudo sobre diversidade	C4
Conscientização dos funcionários	C5
Conscientização da comunidade escolar	C6
Uso de sinalização e desenho universal	C7
DIMENSÃO ATITUDINAL	
Recepção dos professores	AT1
Recepção dos alunos	AT2
Relacionamento com professores	AT3
Relacionamento com outros alunos	AT4
Relacionamento escola-família	AT5
DIMENSÃO PROGRAMÁTICA	
Adequação do Projeto Pedagógico Político	P1
Políticas de formação de professores	P2
Política de formação continuada	P3
Legislações adequadas	P4
Disponibilização de profissionais	P5
Sistema político eficaz	P6

Tabela 1: Dimensões e variáveis da pesquisa

O universo pesquisado se restringe aos gestores educacionais do município de Juiz de Fora, dos quais foram entrevistados três gestores da Secretaria de Educação e os questionários distribuídos a cento e dois diretores das escolas municipais. Torna-se pertinente pontuar que as entrevistas foram realizadas presencial e individualmente e os gestores ao serem convidados tinham a opção de participar ou não do estudo. Dos cento e dois questionários distribuídos foram respondidos 70, o que representa 68% da amostra. O gráfico 1 representa o universo da amostra.

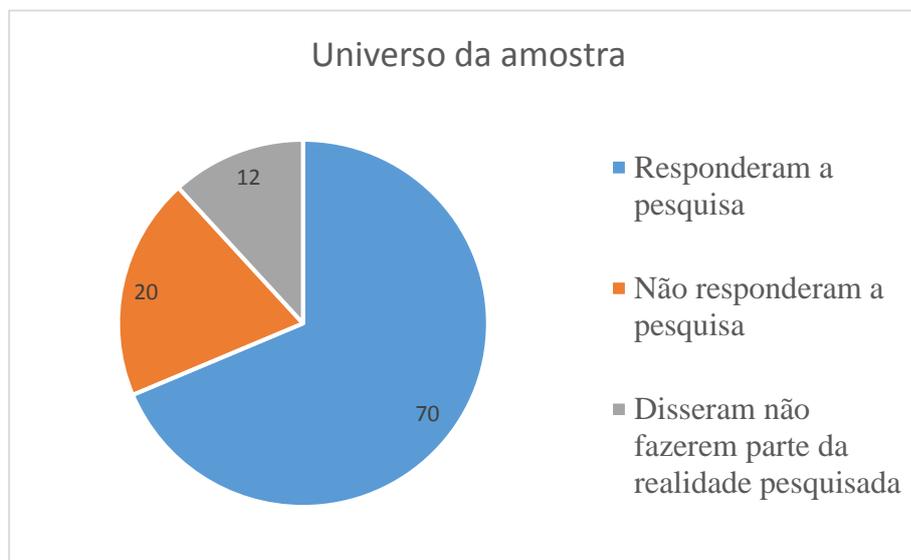


Gráfico 1: distribuição do universo da amostra.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentam-se os dados referentes à distribuição das respostas aferidas nos questionários e a implicação na avaliação da implementação de acessibilidades no ambiente escolar.

Na acessibilidade arquitetônica as 11 variáveis avaliadas pelos gestores poucas atingiram a pontuação máxima possível, que seria 700 pontos representando 100% do total. Na computação dos dados é possível observar que somente uma variável conseguiu atingir a margem de 50%. Com isso, o resultado aponta que a maioria das escolas iniciou o processo de inclusão sem o mínimo de alterações e/ou adaptações e que a acessibilidade arquitetônica merece cuidados por parte dos gestores. O gráfico 2 apresenta a distribuição das notas dadas para as variáveis dentro da acessibilidade arquitetônica.

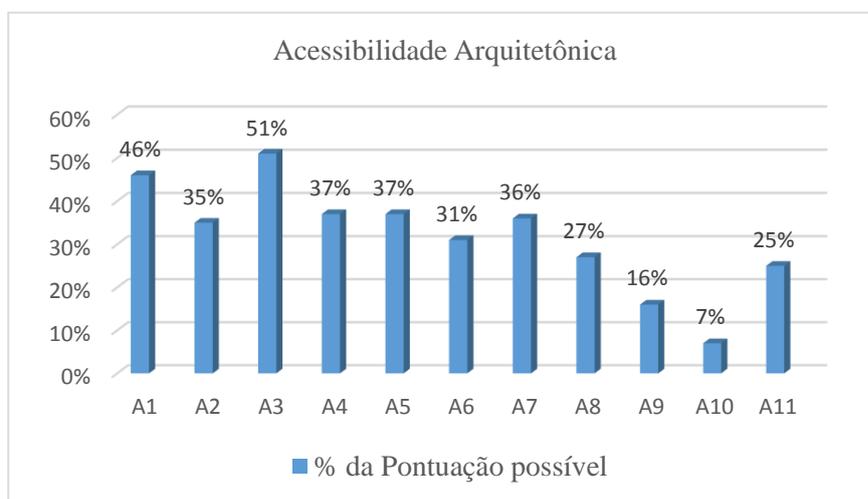


Gráfico 2: Porcentagem atingida por cada variável na acessibilidade arquitetônica

Grande parte das variáveis da acessibilidade metodológica atingiram a margem de 50% da pontuação possível, ficando 4 variáveis acima de 60% da pontuação possível e somente 2 variáveis ficaram abaixo da média de 50%. No gráfico 3, verifica-se que as variáveis de melhor pontuação não conseguiram ultrapassar o percentual de 68%. Os resultados representam que a continuidade da proposta metodológica pode ser viável, porém os dados evidenciam que melhorias são passíveis de acontecer na acessibilidade metodológica.

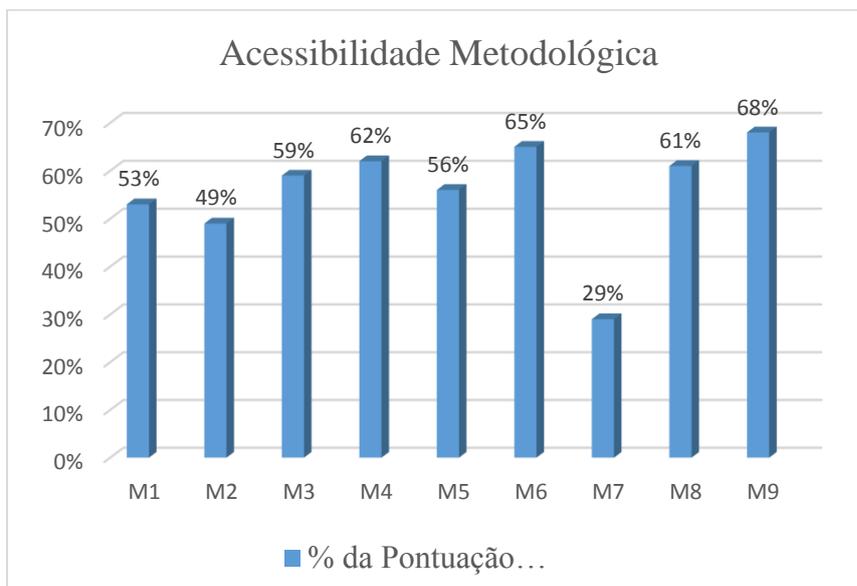


Gráfico 3: Porcentagem atingida por cada variável na acessibilidade metodológica

A partir do levantamento dos dados referentes a acessibilidade instrumental, o gráfico 4 mostra que em relação aos instrumentos, recursos e equipamentos as escolas públicas estão em uma situação relativamente boa, não podendo ser considerado muito boa devido a baixa pontuação da variável I5, referente a laptop para uso em sala, o que suscita dúvidas sobre o uso de tecnologias de informação e assistivas no ambiente escolar.

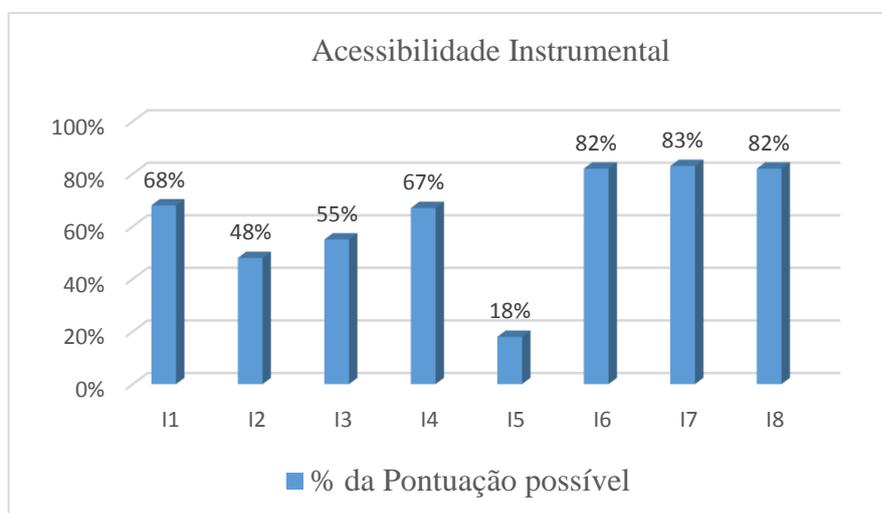


Gráfico 4: Porcentagem atingida por cada variável na acessibilidade instrumental

Considerando o ambiente educacional local privilegiado de troca de informações, desenvolvimento diversas linguagens e aquisição de línguas variadas, os resultados da pesquisa necessitam ser ponderados. Os ambientes escolares participantes do estudo, mostram-se carentes de acessibilidade comunicacional, podendo implicar em consequências no desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos com deficiências. Isso se confirma com ao observar-se a baixa porcentagem atingida pelas variáveis utilização de comunicação alternativa (C1), utilização da Libras no contexto de sala de aula (C2), utilização de braille no contexto de sala de aula (C3) e uso de sinalização e desenho universal (C8), conforme demonstram o gráfico a seguir:

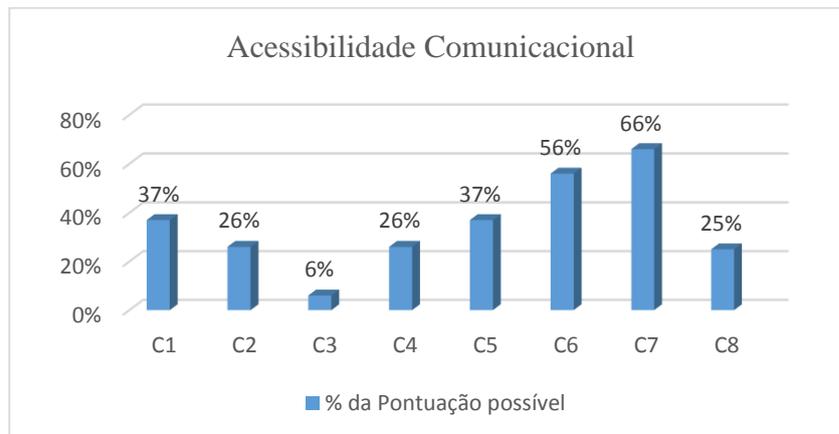


Gráfico 5: Porcentagem atingida por cada variável na acessibilidade comunicacional

Em relação a acessibilidade atitudinal a informação obtida é de que não existe problemas relacionados a este tópico e as variáveis de maior porcentagem dentro do quadro de pesquisa pertencentes a acessibilidade atitudinal. Diante deste dado, fica claro que acessibilidades dependentes de atitudes pessoais não possuem entraves para a sua implementação. Tais dados precisariam ser checados *in loco*, pois surpreende os altos percentuais atingidos pela acessibilidade atitudinal em contraponto as demais acessibilidades de baixos índices.

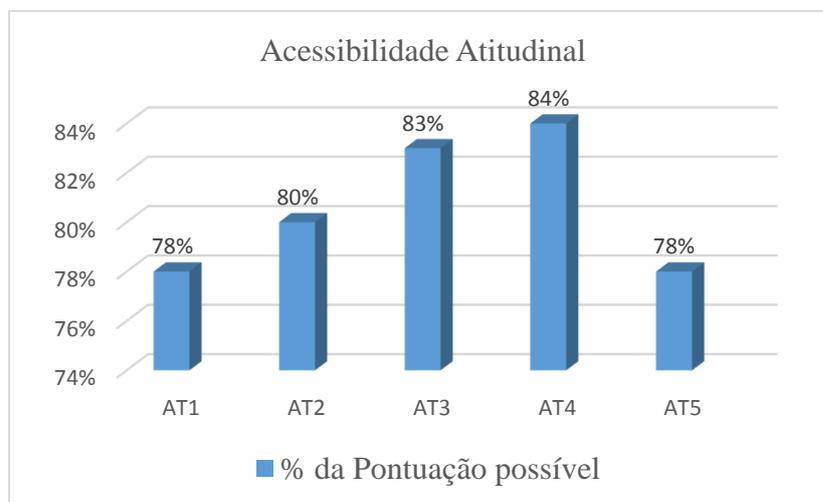


Gráfico 6: Porcentagem atingida por cada variável na acessibilidade atitudinal

Quanto a acessibilidade programática, deparou-se com um quadro de variáveis atingindo a faixa de 60% a 70% da pontuação possível e somente uma ficando abaixo de 50%. Estes dados ao serem analisados e percebe-se que a dificuldade exposta é em relação ao sistema político (P6) e merece algumas reflexões. Este tópico deveria ser o primeiro a atingir um percentual mais alto, pois atualmente vivenciamos um progresso nas legislações, decretos e regulamentações sobre o sistema educacional inclusivo e a promoção de acessibilidade.

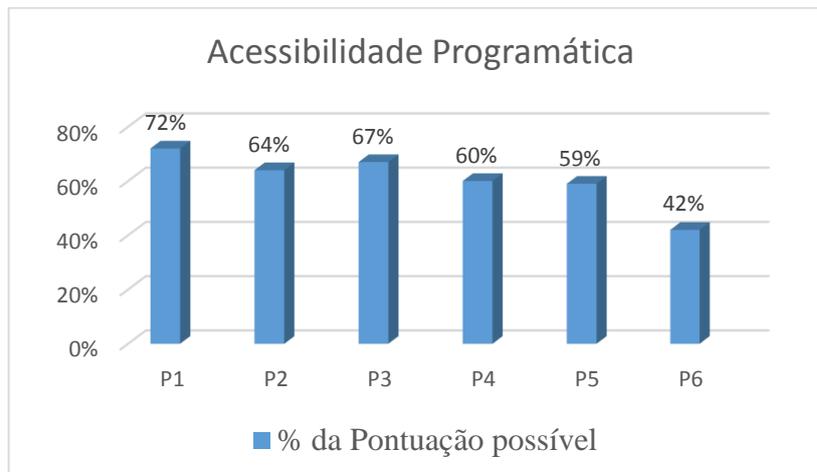


Gráfico 7: Porcentagem atingida por cada variável na acessibilidade programática

Após a computação dos dados quantitativos de pesquisa, a análise qualitativa das entrevistas foi realizada. Os entrevistados foram gestores administrativos da educação, empoboados em cargos de chefia da Secretaria de Educação do Município de Juiz de Fora e estes responderam questionamentos referentes a formação acadêmica, experiência profissional, planejamento da educação inclusiva, avaliação da acessibilidade nas escolas atualmente, planejamento para implantação e/ou melhoria da acessibilidade escolar, formação de professores e dificuldades e facilidades na busca de uma educação de qualidade e eficiente.

Na comparação das entrevistas da equipe gestora da educação do município de Juiz de Fora, pode-se observar que as formações são distintas e somente um gestor possui experiência profissional dentro da educação fundamental, os outros dois atuam ou atuaram no ensino superior. Os três relataram que o planejamento da educação inclusiva compete as decisões à uma equipe multidisciplinar.

As respostas sobre a questão da acessibilidade atual e o planejamento futuro ficou focada só nas adaptações arquitetônicas e as dificuldades de implantação e melhorias devido a demanda financeira. Contudo, ao se tratar de formação profissional os profissionais entrevistados relataram diversos caminhos para que aconteça e nenhum impedimento financeiro foi relatado.

Ponto de destaque durante as entrevistas foram as dificuldades e facilidades na busca de uma educação de qualidade e eficiente, novamente a demanda financeira aparece como justificativa da falta ou inexistência de acessibilidades na escola e o profissional atuante no ambiente escolar surge como ponto positivo nos três discursos.

Ao comparar os dados dos questionários e as entrevistas, há uma similaridade significativa entre os resultados, quando percebe-se a relação entre demanda financeira e os baixos índices alcançados por algumas variáveis. Encontra-se também relação positiva entre o fator humano e os índices melhores de certas variáveis que dele depende.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A heterogeneidade existente entre as necessidades dos indivíduos com deficiências e suas precisões de acessibilidades se promulgam de distintas formas. Esse pensamento acarreta

que tais necessidades individuais não podem consideradas como adequadas para atender a todos, ou seja, nem sempre uma acessibilidade construída para um grupo irá atingir a coletividade das deficiências.

Todas as possibilidades de acesso ao ambiente escolar devem ser consideradas quando se projeta ou se oferta uma educação inclusiva, pautada na qualidade e no atendimento a todos. Devido a isto, propostas educacionais que adequam-se as necessidades dos indivíduos com deficiências são pautadas como apropriadas para a inclusão efetiva, eficiente e de qualidade e deve-se evitar propostas que representam de desrespeito as individualidades.

Ao longo do trabalho, procurou-se enfatizar a uma grande questão: a acessibilidade como garantia de educação de qualidade. A réplica a esta questão poderia ser utilizada para diversos outros questionamentos que permeiam a implantação de acessibilidades: Por que os dispositivos legais e disposições referentes à educação de indivíduos com deficiências precisam ser estudados e pesquisados? Por que é preciso utilizar o conceito de Desenho Universal na educação? Por que precisamos de acessibilidades nos ambientes educacionais?

Os questionamentos, a priori citados, e outras essas possíveis perguntas indicam a existência de problemas e dificuldades no cotidiano educacional, os quais só continuam a existir devido ao fato das acessibilidades serem pouco discutidas, estudadas e difundidas entre todos os partícipes da educação. Nesta pesquisa, na qual alguns dos aspectos das acessibilidades foi debatido, conduz a reflexões sobre a necessidade de se ampliar esse tipo de estudo para um contexto maior de discussão, que considere a gestão escolar como um dos fatores propulsores das acessibilidades fundamentais para a educação inclusiva.

É necessário a adoção de medidas de curto, médio e longo prazos que provoque o desenvolvimento de um processo de transformação cultural e social nas instituições educacionais, para com isto se incorpore as acessibilidades no interior das escolas.

Com o fim da pesquisa é possível descrever, que as acessibilidades presentes nos ambientes escolares ainda estão distantes de atingirem um nível de qualidade adequado para proporcionar a todos uma educação de qualidade. A acessibilidade arquitetônica e acessibilidade comunicacional demonstraram ser elo fraco e ponto que precisa de maior atenção por parte dos gestores.

Conforme demonstrado, o termo acessibilidade vem se expandindo e cada vez mais atingindo diversas áreas sociais e cognitivas. No processo ensino aprendizagem a eliminação de barreiras que dificultam a aquisição de conhecimentos são importantes e contribuem para a construção de uma educação inclusiva de qualidades. Portanto, sugere-se a ampliação das discussões das fragilidades e potencialidades, demonstradas pelos resultados da pesquisa, através do detalhamento das respostas dos gestores e descortinar os problemas enfrentados pelos diretores na busca da construção de um espaço escolar inclusivo

8. REFERÊNCIAS

- ABNT NBR9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro; ABNT, 2004.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca** e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Especial**. Números da Educação Especial no Brasil.

BUENO, C. L. R.; PAULA, A. R. **Acessibilidade no mundo do trabalho**. São Paulo: SORRI-BRASIL, 2007.

GLAT, R. **Inclusão total**: mais uma utopia? Revista Integração. Brasília, ano 8, n.20, p.26-28, 1998.

PUPO, D. T; MELO, A. M.; PÉREZ FERRÉS, S. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

RIBEIRO, Maria Luíza Sprovieri. **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, p. 50. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SHIMONO, S. O. **Educação e Trabalho**: Caminhos da Inclusão na Perspectiva da Pessoa com Deficiência. 2008 . Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2008.